

Aprovada na 814ª sessão

ALADI/CR/Ata 812
11 de setembro de 2002
Hora: 10h 10m às 11h 25m

ATA DA 812ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia
 2. Assuntos em Pauta
 3. Consideração da ata correspondente à 811ª Sessão
 4. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento
 5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico
 6. Apresentação dos Estudos sobre o impacto da ALCA no setor agropecuário dos países-membros (ALADI/Estudos 145, 146, 147 e 148)
 7. Apresentação do Estudo sobre o provável impacto dos Acordos da União Européia no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros com os países da Europa (ALADI/Estudo 149)
 8. Assuntos Diversos
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Margarita Polverini, Rubén Javiar Ruffi, Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacafior, Maria Elena García de Baccino (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, Haroldo de Macedo Ribeiro, Otávio Brandelli, Maria Elisa Rabello Maria (Brasil), Flavio Taretto Quezada, María Antonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better, Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Juan María de la Mora Sánchez, César Manuel Remis Santos (México), José María Casal (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Carlos Vallejo Martell, Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli, José Roberto Muinel (Uruguai), Carlos Longa González, Magdalena Simone (Venezuela), Pavel Zenkovich (Rússia), e Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE. Bom dia. Damos início à 812ª Sessão do Comitê de Representantes.

Eu gostaria de fazer uma reflexão, nós nos reunimos hoje, dia 11 de setembro, quando completam um ano os atentados realizados nos Estados Unidos que são, hoje, recordados no mundo inteiro com luto e pesar. Creio que não podíamos deixar de fazer referência a este assunto.

1. Aprovação da Ordem do Dia

O primeiro ponto é a Aprovação da Ordem do Dia. Como o Embaixador Casanueva não se encontra presente hoje, vamos propor a modificação da Ordem do Dia, postergando a consideração do quinto ponto para a próxima sessão.

Não havendo observações, com esta modificação dá-se por aprovada.

2. Assuntos em Pauta

O segundo ponto da Ordem do Dia corresponde aos Assuntos em pauta e eu pediria ao senhor Secretário-Geral que nos informe a respeito.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Os Assuntos em pauta encontram-se na pasta que foi entregue a cada uma das Representações Permanentes e fazem parte da presente Ata.

“1. Representação Permanente da Bolívia. Nota SG/Nº 53/02, de 9.IX.2002.

Comunica que, por disposição do Supremo Governo da Bolívia, o senhor Representante Permanente, Embaixador Willy Vargas Vacaflor deixará suas funções no dia 30 do mês em curso.

2. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 152, de VIII.2002.

Remete, em anexo, cópia do Decreto n.º 4.343 de 26.VIII.02, por meio do qual entra em vigência o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 39, celebrado em 28/06/02 entre Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Informa ainda que a vigência do mesmo será comunicada à Colômbia e ao Peru, considerando-se a vigência bilateral, conforme disposto no artigo 2º.

Publicado como documento ALADI/CR/di

3. Representação Permanente da Argentina. Nota CR N.º 123/02, de 22.VIII.2002.

Remete, em anexo, o relatório elaborado pelo “Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA – Serviço Nacional de Saúde e Qualidade Agroalimentar)”, relativo à ausência de casos de aftosa em território argentino nos últimos seis meses.”

Cabe destacar a nota recebida da Representação Permanente da Bolívia, a qual comunica o encerramento das funções do senhor Embaixador Willy Vargas Vacaflor, que conclui sua missão no Uruguai no próximo dia 30 de setembro. Ficou acertada, no dia de ontem, a realização de uma sessão extraordinária de despedida para esse mesmo dia, 30 de setembro, segunda-feira, ao meio-dia.

Da mesma forma, senhor Presidente, recebemos no dia 30 de agosto passado, um convite da Organização Democrata Cristã da América para a Primeira Conferência Internacional de Partidos Políticos sobre Integração da América Latina e do Caribe, a qual assistiremos no próximo dia 20 de setembro. Igualmente, Presidente, vamos aproveitar a oportunidade, para fazer uma visita oficial ao Governo da República da Venezuela e ministrar uma conferência, no dia 25, no Instituto de Estudos Diplomáticos Pedro Gual, acerca da ALCA, da *Trade Promotion Authority* e da integração latino-americana.

Além disso, senhor Presidente, atendendo ao gentil convite que nos foi feito pelo Grupo Latino-Americano e do Caribe, acreditado na Venezuela, pela Corporação Andina de Fomento e pelo Sistema Econômico Latino-Americano, vamos participar, na próxima terça-feira 17, de um Seminário, na cidade de Caracas, sobre a integração latino-americana. Trata-se de um ciclo organizado pelo GRULAC, acreditado na Venezuela, que teve início no dia de ontem e contou com a participação do senhor Ministro da Produção e Comércio da Venezuela, a respeito da participação da Venezuela nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas. A sessão de trabalho da próxima semana será dedicada à integração latino-americana e dividiremos o painel com o senhor Secretário-Geral da Comunidade Andina de Nações.

Isto é tudo, senhor Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

3. Consideração da ata correspondente à 811ª Sessão

O ponto 3 refere-se à consideração da ata correspondente à 811ª Sessão. Está aberta à consideração.

Não havendo objeções, dá-se por aprovada a ata correspondente à 811ª Sessão.

4. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento

O ponto 4 é o relatório do Presidente da Comissão de Orçamento. Passo a palavra ao senhor Embaixador Bernardo Pericás para que informe ao Comitê sobre a reunião de Comissão que teve lugar dia 29 de agosto passado.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhor Presidente.

A Comissão de Orçamento reuniu-se com o propósito de examinar os seguintes documentos:

Primeiro, os relatórios mensais sobre o comportamento do gasto orçamentário referente aos períodos de janeiro-maio, janeiro-junho e janeiro-julho, documentos ALADI/SEC/di 1661, 1676 e 1682.

O segundo ponto da Ordem do Dia da Comissão foi o Relatório sobre o Estado da Execução Orçamentária dos subitens indicados no Artigo 4 letra e) da Resolução 267 do Comitê de Representantes, documento ALADI/SEC/di 1678.

O terceiro ponto da Ordem do Dia foram os relatórios relativos à situação financeira da Associação Latino-Americana de Integração, em 31 de maio de 2002, em 30 de junho de 2002 e em 31 de julho de 2002, documentos ALADI/SEC/di 1662, 1667 e 1683.

A Comissão de Orçamento tomou nota dos referidos documentos. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Obrigado, Embaixador.

Não havendo comentários, o Comitê toma conhecimento do relatório.

5. Apresentação dos Estudos sobre o impacto da ALCA no setor agropecuário dos países-membros (ALADI/SEC/Estudos 145, 146, 147 e 148).

O ponto 5 da Ordem do Dia é a apresentação dos Estudos realizados sobre o impacto da ALCA no setor agropecuário dos países-membros, documentos ALADI/SEC/Estudos, 145, 146, 147 e 148.

Passo a palavra à Secretaria-Geral para apresentar os documentos.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo F. Mejía). Obrigado.

Senhor Presidente, senhores Representantes, de acordo com o aprovado pelo Comitê de Representantes na Sessão Ordinária Número 777, a Secretaria-Geral preparou o “Estudo sobre o Impacto da ALCA no Setor Agropecuário dos Países-Membros da ALADI”. Para sua elaboração contou-se com a cooperação de quatro especialistas em agropecuária, da Argentina, do Brasil, da Colômbia e do Chile, que trabalharam sob a direção e coordenação da Secretaria-Geral, à qual coube ainda a preparação da informação estatística utilizada no Estudo, sobre comércio exterior, tarifas e preferências.

De acordo com o aprovado nos Termos de Referência (ALADI/CR/dt 172), o Estudo tem dois objetivos. Em primeiro lugar, avaliar a incidência dos resultados potenciais das negociações da ALCA para o setor agropecuário dos países-membros da ALADI.

Em segundo lugar, avaliar os efeitos sobre o comércio de uma liberalização total dos produtos agropecuários por parte dos países da Associação frente as mesmas condições de acesso ao mercado regional para os Estados Unidos e Canadá. O universo de produtos analisados corresponde à definição do Anexo 1 do Acordo Agrícola da Rodada do Uruguai do GATT.

Os principais resultados do Estudo poderiam ser agrupados em duas categorias. A primeira está relacionada às características e à natureza dos fluxos comerciais, e a segunda, às oportunidades e às ameaças que a ALCA representaria para o comércio agropecuário da região.

Em relação ao primeiro grupo, destacamos o seguinte:

Com exceção do México, os demais países-membros da Associação aparecem como exportadores de produtos agropecuários.

Para os países do MERCOSUL, o principal destino de suas exportações agropecuárias foi o Resto do Mundo; Estados Unidos e Canadá não foram relevantes no período analisado, destacando-se apenas a participação do Brasil no primeiro caso. Entretanto, os países do esquema sub-regional evidenciaram traços distintos no comércio exterior agropecuário. Com efeito, o Paraguai e o Uruguai concentraram suas vendas no próprio bloco sub-regional, ao passo que a Argentina e o Brasil concentram-nas no Resto do Mundo.

Os países da CAN destinaram também a maioria de suas exportações ao Resto do Mundo, ainda que apresentem uma clara tendência decrescente, sendo os Estados Unidos o segundo destino de importância. Nem o Canadá, nem os demais países da ALADI apresentaram registros significativos para as exportações andinas, apesar de a região aparecer como o segundo abastecedor de produtos agropecuários, depois dos Estados Unidos. Por último, a participação do comércio intra-CAN no comércio total da sub-região registra um incremento substantivo no período analisado.

O México constitui um caso particular que se distingue dos demais países da ALADI, uma vez que cerca de 80% de suas exportações e importações de produtos agropecuários destinam-se e provêm dos Estados Unidos. Por seu turno, o comércio agropecuário do México com o Canadá não é significativo, apesar de integrar o NAFTA. Além disso, registra uma segmentação de mercados, enquanto nos envios para os Estados Unidos predominam os produtos não-processados, a situação se inverte com relação aos seus sócios da ALADI.

O principal destino das exportações agropecuárias do Chile é a ALADI, com 28%, seguido pelos Estados Unidos com 27%. Pela ótica das importações, a região o abastece com mais de 60%. Outra característica é que 75% das exportações agropecuárias chilenas são representadas por quatro itens: frutas frescas, vinhos, frutas e hortaliças processadas e produtos pecuários, apesar de haver uma tendência decrescente do indicador. Cabe ressaltar também um maior dinamismo do comércio exterior do Chile com os países ou blocos com os quais mantém acordos comerciais, devendo considerar-se ainda que é o país da região que celebrou o maior número de acordos com países de fora da mesma.

O comércio agropecuário de Cuba com a Associação é pouco significativo, o que se explica, entre outras coisas, pela sua recente incorporação à mesma. Apesar disso, assinou acordos com todos os demais parceiros, ainda que seus efeitos não pudessem ser observados neste Estudo. A balança comercial agropecuária de Cuba com a região é amplamente deficitária, pelo fato de que suas exportações alcançam apenas a décima parte das importações regionais. A balança comercial total, entretanto, é favorável.

Entre as oportunidades e ameaças identificadas pelo Estudo, cabe destacar as seguintes:

Com respeito a produtos, o impacto da ALCA será importante devido ao fato de que uma parte significativa das importações agropecuárias da região provêm principalmente dos Estados Unidos, portanto, uma desgravação tarifária total poderia incrementar este coeficiente às custas dos provedores regionais.

Com relação à maior parte dos produtos considerados, os Estados Unidos e o Canadá possuem um leque de políticas de fomento à proteção interna, que pode se dar por meio de ajuda direta e de tarifas, assim como às exportações, que distorcem as regras que condicionam o comércio hemisférico. Para tanto, existem condições de competição “artificialmente” construídas pelas políticas domésticas e de exportação destes países, que devem ser tratadas no âmbito das negociações da ALCA.

Em termos de política comercial, é necessário considerar que, em matéria de desgravação tarifária, as vantagens e preferências tarifárias negociadas no âmbito da ALADI poderiam ver-se desgastadas e a competitividade dos produtos ameaçada pelas exportações dos Estados Unidos e do Canadá, afetando o comércio intra-regional com resultados diferenciados tanto com relação a produtos quanto a países.

A possibilidade de um desvio do comércio, com a eventual troca da direção do fluxo exportado, seria mais viável em relação ao mercado dos Estados Unidos que ao do Canadá, devido ao tamanho de seus mercados.

A Argentina, o Brasil e a Colômbia são os países que possuem mais produtos em perigo em suas exportações intra-regionais, uma vez que suas vendas já são beneficiadas pelas preferências tarifárias, principalmente nas sub-regiões de que cada um dos países faz parte. Estas preferências poderiam ser desgastadas devido ao fato de que alguns produtos dos Estados Unidos e do Canadá poderiam gozar de grande competitividade, entre outras coisas,

devido a uma política comercial agressiva para produtos específicos, tais como grãos, cereais, fibras e oleaginosas.

As exportações agropecuárias do Chile poderiam ser favorecidas, em nível hemisférico, a partir da redução ou eliminação das medidas não-tarifárias, considerando que suas exportações ingressam no mercado estadunidense com tarifas que podem ser consideradas baixas, ao passo que as destinadas ao mercado regional beneficiam-se de preferências negociadas nos acordos comerciais que o Chile mantém com os países da Associação e outros países do continente. Além disso, vale recordar que os Estados Unidos estão negociando um acordo de livre comércio.

As potenciais ameaças que poderiam existir no mercado dos demais países da ALADI para as exportações mexicanas, derivadas de um possível Acordo tipo ALCA, não são relevantes devido à pequena proporção do comércio mexicano com a região, apesar de existir uma forte competição em parte importante das atuais exportações, especialmente os produtos elaborados. Com relação à situação que enfrentaria o México no interior do NAFTA com a assinatura da ALCA, as novas opções de comércio são muito modestas. Por outro lado, evidenciam-se ameaças e perigos por parte dos demais parceiros da ALADI em algumas exportações que se encontram posicionadas neste mercado.

No conjunto dos resultados deve-se destacar que a redução tarifária representaria um desgaste das preferências tarifárias negociadas no âmbito do Tratado de Montevideu 1980 para diversos produtos, cujos canais de comercialização foram abertos a partir de esforços tanto dos Governos como do setor privado.

Finalmente, os resultados do presente Estudo também permitem afirmar que uma eventual ampliação e aprofundamento dos acordos celebrados no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, poderiam constituir-se em uma estratégia a ser considerada no processo de negociações da ALCA.

Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral Adjunto. Alguma Delegação gostaria de fazer comentários?

Passo a palavra à Delegação do Peru, que deseja tecer algumas considerações.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, senhor Presidente.

Gostaria apenas de dizer que minha Representação deseja agradecer muito especialmente à Secretaria-Geral pela apresentação de tão completos e excelentes estudos sobre o impacto da ALCA no comércio da região, em particular, os que estão relacionados ao setor agropecuário. Estes serão certamente insumos valiosos, não apenas para o Seminário que acontecerá nesta Sede nos dias 12 e 13 desta semana, mas também para o Seminário-Oficina sobre negociações no setor agrícola, que terá lugar na cidade de Lima, Peru, em outubro próximo.

Na opinião de minha Delegação, os referidos estudos aportam contribuições substantivas em função dos objetivos que apresentavam. O primeiro, avaliar a incidência dos potenciais resultados das negociações da ALCA no setor agropecuário dos países-membros da ALADI e, o segundo, medir os efeitos para o comércio destes produtos de uma liberalização total por parte dos países-membros da Associação, frente às mesmas condições de acesso ao mercado regional por parte dos Estados Unidos e do Canadá.

Devo destacar que os referidos estudos serão enviados às minhas autoridades para a devida análise e avaliação, e acredito que serão de suma utilidade para nossos países na tarefa de identificar oportunidades e ameaças que oferecem as negociações da área de livre comércio, tanto em termos de acesso aos mercados do hemisfério norte como em relação aos potenciais desvios do comércio no mercado regional.

Assim também, estes Estudos oferecem-nos elementos relevantes para delinear a melhor estratégia no interior da ALADI para enfrentar as negociações hemisféricas, destacando as possibilidades de uma eventual ampliação e aprofundamento dos acordos celebrados no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980, como ferramenta para potencializar a capacidade negociadora dos países da região no processo de negociações da ALCA.

Termino agradecendo novamente à Secretaria-Geral pela importantíssima contribuição efetuada pelos estudos. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador do Peru.

Passo a palavra à Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, senhor Presidente.

Nós também gostaríamos de agradecer muitíssimo à Secretaria-Geral pela elaboração destes trabalhos, que consideramos de enorme importância. Mais ainda, concordamos com o Embaixador do Peru, e, casualmente, não representamos dois países que têm posições muito homogêneas em matéria de agricultura. O que estamos dizendo é que temos a base para trabalhar, isto é o que realmente estamos dizendo. O importante é que, cada um com seus próprios interesses, tenha esta base que nos está produzindo e oferecendo este Organismo tão eficiente.

Gostaria de adicionar um aspecto de grande importância, este estudo, que é realmente bastante substantivo, foi feito empregando pessoas de muito bom nível e abaixo do orçamento que se havia previsto. Senhores, estas são as coisas que devemos agradecer à Secretaria, estas são as coisas que devemos agradecer à ALADI, estas são as coisas que temos que repetir. É possível fazer muitos trabalhos com esforço e tratando de restringir os recursos ao mínimo, como neste caso, com êxito semelhante.

Eu tenho uma certa resistência a entrar a fundo no trabalho, que enviaremos a nossas autoridades, e que olhamos rapidamente. Eu diria, por exemplo, que no Estudo 145, no que diz respeito à metodologia, temos dúvidas sobre a conveniência da incorporação ao capítulo 3 do comércio potencial dos países do MERCOSUL com os Estados Unidos e o Canadá, de variáveis de análises relativas ao desvio ou deslocamento do comércio.

Neste sentido, não fica estabelecido de maneira muito clara por que o aumento das vendas de um país da ALADI, em consequência da ALCA, está associado à queda das vendas dos países da ALADI e ao aumento das vendas para o mercado norte-americano, refiro-me à página 40. A possibilidade de ampliar o acesso aos mercados dos Estados Unidos e do Canadá, e os demais países da ALCA não tem por que levar a um desvio das exportações dos Estados-Membros do MERCOSUL, hoje dirigidas a outros países da ALADI, ainda considerando a possibilidade da baixa elasticidade de resposta da oferta de exportações, estou me referindo à página 55 do mencionado trabalho 145.

Se tivermos um melhor acesso aos demais países do hemisfério, devemos deixar claro que existe a possibilidade de aumentar a produção nacional, dada a eventual maior demanda que receberíamos, assim como a possibilidade de que frente a uma, permitam-me a redundância, impossibilidade temporal de modificar a oferta de exportações, prossiga-se privilegiando as vendas dos países da ALADI, que também gozarão de preferências no âmbito da ALCA, com base em um conhecimento provedor – cliente, questões logísticas, custos de transportes, integração física, etc. Acreditamos que este é um ponto bastante importante do trabalho, que já vimos há algum tempo com a Secretaria, que tratava desta questão, e realmente era muito interessante.

Por isso, sugere-se que para o futuro limite-se o uso da categoria desvio de comércio ou deslocamento de fluxos comerciais, como queira, para as análises efetuadas pela metodologia do capítulo 4, o deslocamento do comércio agropecuário dos países do MERCOSUL, etc.

Em relação ao conteúdo global do Estudo, pode-se destacar que o mesmo segue a linha de conclusões dos Estudos 132 e 139, em particular a existência de ameaças e oportunidades que devem ser levadas em conta quando da elaboração de um acordo equilibrado e justo com os países-membros da ALADI que participem das negociações para a conformação da ALCA.

Por último, nos permitimos sugerir que o capítulo primeiro, resumo e conclusões contenham títulos e separações que reflitam a estrutura e o conteúdo do resto do Estudo, a fim de facilitar a leitura e a relação com os demais capítulos.

Com isto, senhor Presidente, resta-me realmente agradecer mais uma vez o esforço da Secretaria para ingressar definitivamente em um tema que é uma necessidade ineludível para os doze países da região. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, senhor Ministro.

A Delegação de Cuba solicita a palavra.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, senhor Presidente.

A Representação de Cuba une-se às Representações que falaram até o momento em seu agradecimento e felicitação à Secretaria-Geral pela qualidade deste empreendimento, deste trabalho que indubitavelmente está trazendo, e vai continuar a trazer, os aportes necessários para as análises e as políticas que devem ser adotadas à hora de enfrentar o desafio de nossa região ou da maioria da região nas negociações da ALCA.

Indubitavelmente, faço minhas as palavras da Representação do Peru: trabalho muito interessante, muito profundo. No caso do *caput* do Estudo 146 referido a Cuba, houve, sem dúvida, algum problema circunstancial. Cuba entregou suas cifras estatísticas, dando entrada já no Sistema de Integração da ALADI, praticamente no momento em que se realizava o Estudo, também coincidiu que os dados sobre o setor agropecuário foram entregues quase no mesmo momento. Por isso há algumas menções ao assunto, algumas determinações em matéria de profundidade na análise do comércio agropecuário de Cuba, que teriam de ser precisadas e vamos entregá-la, de maneira conveniente, à Secretaria para que as leve em consideração e sejam incorporadas ao estudo, ao menos como um adendo ao mesmo.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

A Secretaria-Geral pede-me a palavra para fazer alguns esclarecimentos sobre os comentários recebidos, passo-lhe então a palavra.

SECRETARIA (Carlos Alonso). Obrigado, senhor Presidente.

Apenas para fazer uma menção ao comentário que fez a Representação da Argentina sobre alguns assuntos do tratamento de desvio de comércio neste Estudo.

Concretamente, o que o estudo considera, fazia parte de seus pressupostos, é a análise exclusivamente de suas variáveis de comércio e, ao não considerar os aspectos da produção, não poderíamos ter uma menção à criação de comércio, que seria parte complementar para que se pudesse fazer uma análise mais ampla, o que melhoraria as considerações e as apreciações a respeito dos efeitos, sobre o comércio, do tratamento da ALCA.

O Estudo restringiu-se ao que foi aprovado nos termos de referência com respeito a como seria a análise das distintas variáveis que integravam o mesmo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado.

6, Apresentação do Estudo sobre o provável impacto que teriam os Acordos com a União Européia no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros com os países da Europa (ALADI/SEC/Estudo 149).

Passaremos ao ponto 6 da Agenda de hoje, que é a apresentação do Estudo sobre o provável impacto que teriam os Acordos com a União Européia no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros com os países da Europa.

Passo a palavra à Secretaria, ao senhor Gonzalo Rodríguez.

SECRETARIA (Gonzalo Rodríguez): Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, senhores Representantes, rapidamente vou tratar de resumir o trabalho o máximo possível. É um estudo que foi realizado pela Secretaria de acordo com o Programa de Atividades sobre o provável impacto

que teriam os acordos, neste caso, com a União Européia, aplicando metodologias semelhantes às que foram aplicadas antes para a ALCA, que acabamos de escutar, vinculado ao setor agropecuário, porém este é de caráter mais geral, seguindo a linha do Estudo 139.

O Estudo foi realizado pela Secretaria com colaboradores de alto nível, neste caso o doutor Marcel Vaillant.

O trabalho analisa o provável impacto que teriam as negociações que a União Européia leva adiante atualmente com os países-membros, tanto em seu relacionamento com a União Européia como em sua vinculação intra-regional, uma coisa muito paralela ao que acabam de escutar como metodologia.

O Estudo compreende um objetivo duplo, que também é similar, analisar, por um lado, os efeitos que os eventuais acordos poderiam ter sobre as correntes de comércio intra-regionais, levando em conta o conjunto de preferências existentes entre os países-membros da ALADI, identificando, para cada país especificamente, um grupo de produtos para os quais as exportações ao resto dos países da região poderiam ver-se ameaçadas. Em segundo lugar, identificar, também para cada um deles, um conjunto de bens que teriam possibilidades de melhorar o acesso ao mercado da União Européia.

O trabalho apresenta-se como um instrumento a ser utilizado pelos países em suas negociações e, neste sentido, apresenta três anexos nos quais são apresentados por país, em cada caso, muito detalhadamente aqueles setores ameaçados, em perigo, e aqueles setores nos quais há oportunidades.

Foram elaboradas duas listas correspondentes, destacando aquelas situações, digamos, defensivas, ou seja, nas quais ver-se-iam ameaçados estes novos fluxos intra-regionais e aquelas boas oportunidades de demandas à União Européia nas negociações, que seriam as oportunidades. No nível de produto, está na categoria de seis dígitos do sistema harmonizado.

Entre as situações defensivas, elaborou-se uma lista que inclui os setores aos quais os países da União Européia poderiam deslocar correntes comerciais regionais, sustentadas por acordos preferenciais.

Do ponto de vista produtivo setorial, as listas informariam sobre os potenciais problemas no nível setorial que provocariam os acordos bilaterais.

Entre as oportunidades, elaborou-se, para os países objetos deste estudo, uma lista dos setores que teriam a oportunidade de iniciar ou ampliar suas vendas no âmbito da União Européia.

Fez-se um esforço semelhante com quatro países, a pedido concreto de uma das Representações e do Grupo de Trabalho correspondente, que têm ingresso potencial à União Européia mais ou menos iminente, que são a República Tcheca, a Eslováquia, a Hungria e a Polônia, os quais são tratados em conjunto e são muito pouco significativos do ponto de vista do comércio com os países da ALADI, além de apresentarem muito poucas diferenças em seu comportamento de comércio com relação à sua estrutura.

O trabalho está estruturado em três partes, em primeiro lugar analisar o padrão de comércio com a União Européia, em segundo lugar, as ameaças e perigos e, em terceiro lugar, as opções e oportunidades.

As principais conclusões são: por um lado, que há uma baixa relevância do destino ALADI nas exportações da União Européia e a região. A União Européia foi-se afastando progressivamente da região como destino de suas exportações. O mesmo sucede ao contrário, o padrão de exportações dos países da ALADI para a União Européia apresenta uma situação simétrica.

Por outro lado, o padrão de comércio é tipicamente Norte-Sul, isto é, um padrão no qual se exportam produtos primários ou com elaborações primárias e se importa manufaturas; comparando, porém, com os globais, é o mais típico padrão Norte-Sul, aqueles padrões que reproduzem a conhecida relação de dependência da maneira mais acentuada, a relação que têm os países analisados com a União Européia.

Resumindo, então, pouca importância de comércio, distanciamento do comércio e déficit, junto com uma estrutura inapropriada do comércio para o desenvolvimento de vantagens competitivas.

No que diz respeito a ameaças e perigos ao comércio intra-regional, selecionou-se, como já foi dito, um leque de setores e, para os casos em pauta, considerou-se que os acordos comerciais que se assinariam seriam, quer dizer, a hipótese de trabalho é que seriam acordos de zona de livre comércio União Européia - MERCOSUL, União Européia - CAN, União Européia - Chile e, eventualmente, com Cuba, porém neste caso havia poucas informações.

Para tanto, foram estudados, para os principais produtos, as importações de cada um dos países dos demais países da região e que são, simultaneamente, adquiridos da União Européia.

A União Européia pode significar uma ameaça para o comércio intra-regional, que tem sido o destino mais dinâmico das exportações dos países da América do Sul na década de 90. Os setores selecionados permitem explicar mais de dois terços da complementaridade exportadora bilateral da União Européia com cada país da região.

No caso de um acordo MERCOSUL - União Européia, as maiores ameaças concernem os países-membros do próprio acordo sub-regional em suas exportações para a própria região. Ao contrário, em um eventual acordo Chile - União Européia não se registram importantes ameaças comerciais por parte da União Européia. Em um acordo CAN - União Européia, é o comércio no interior da CAN que aparece como o principal ameaçado pela União Européia, destacando-se ainda que a Argentina e o Chile também seriam parcialmente afetados em suas exportações à Comunidade Andina.

Se bem que, no geral, as ameaças não representam uma proporção majoritária das exportações totais, se forem considerados os fluxos particulares, em alguns casos trata-se de um volume de certa monta.

Para o acordo MERCOSUL - União Européia, verifica-se que a maior concentração de ameaças aos países para os quais estas são relevantes, ocorre no setor da agricultura. No caso do Brasil, observa-se uma importante concentração de ameaças da União Européia em relação aos produtos

manufaturados. No acordo com o Chile os níveis de ameaças são, em geral, muito baixos. Finalmente, em um acordo entre a CAN e a União Européia tais ameaças também concentram-se na agricultura, ainda que para a Colômbia e para o Brasil elas se estendam ao comércio de manufaturas com os países da CAN.

No que tange às oportunidades que estes acordos ofereceriam, para detectar opções e oportunidades selecionou-se um leque de setores de exportação dos países objeto do Estudo para a União Européia, nos quais os acordos preferenciais com a União Européia teriam um impacto positivo.

Observa-se que todos os países considerados enfrentam opções relevantes no mercado da União Européia, que representam uma proporção majoritária de suas exportações. Para um eventual acordo MERCOSUL – União Européia, a maior concentração de opções encontra-se na agricultura, é o caso da Argentina, do Uruguai e do Brasil; matérias primas de origem agrícola, no caso do Paraguai; manufaturas classificadas segundo o material, no caso do Brasil e do Uruguai. Em um eventual acordo com o Chile, as principais opções são os minerais e os produtos agrícolas. Finalmente, em um eventual acordo entre a CAN e a União Européia, as opções também concentrar-se-iam nos produtos agrícolas para o Equador e a Colômbia; em minerais para o Peru e a Bolívia; e em combustíveis para a Venezuela, o Equador e a Colômbia.

Observa-se que todos os países considerados enfrentam níveis menores de oportunidades que as identificadas como opções. Entre os países do MERCOSUL, esta diferença é menor, motivo pelo qual estes são os países que têm um maior incentivo para concretizar um acordo com a União Européia que permita melhorar seu desempenho exportador. Destaca-se o caso do Uruguai e, em menor proporção, o Brasil e a Argentina.

As menores oportunidades, relacionadas às opções, explicam-se por duas razões: por um lado, envolvem produtos cujas tarifas já estão a zero na União Européia, neste caso uma eventual opção não se converte em oportunidade; por outro lado, podem corresponder a concessões que os países da União Européia já tenham realizado de forma unilateral através do SGP, neste caso tampouco concretiza-se como uma oportunidade.

O exposto permite explicar, em uma primeira aproximação, por que as ofertas tarifárias de livre comércio da União Européia resultam tão pouco atraentes, ainda que cumpram a regra de liberalizar a maior parte do comércio, conforme estipula o artigo XXIV do GATT. O diferencial de aumento da preferência é muito reduzido, sobretudo quando encontram-se excluídos os setores nos quais a proteção é maior, o comércio é quase nulo e o nível de oportunidade é máximo. Neste sentido, o setor agrícola é paradigmático, estando, entretanto, longe de ser o único. Em resumo, não se oferece muito em troca.

Este é o mais breve resumo que eu poderia lhes apresentar. Muito Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Sobre este estudo, alguma Representação desejaria fazer uma intervenção?

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente.

Desculpe a insistência em pedir a palavra a respeito deste tipo de Estudos, porém nos agrada o material que nos está sendo apresentado e, então, no mínimo queremos agradecer e apenas acrescentar uma coisa, que já é uma crítica, mas realmente estamos indo pela linha certa.

Com respeito à metodologia deste Estudo em particular, não existem maiores comentários, porque utilizou-se efetivamente o mesmo método e esquema que no Estudo 139 para o impacto da ALCA.

Sem prejuízo disto, algumas conclusões, sobretudo aquelas de tipo geral, do capítulo 1, não parecem surgir do resto do conteúdo do Estudo, ou não estão suficientemente desenvolvidas. Permitam-me apresentar alguns exemplos, na página 4, parágrafo 3, diz-se “na atualidade verificam-se indícios de protecionismo”, e a palavra indícios é realmente muito diplomática, “nas políticas comerciais de alguns países desenvolvidos, apesar de as negociações terem perdido dinamismo no âmbito regional e o comércio regional ter-se reduzido”. Disto não há dúvidas, porém cabe perguntar-se, primeiro com relação a esta classificação, se realmente é indício de protecionismo. Se na atualidade a perda de dinamismo das negociações e a redução do comércio relacionam-se também com efeitos que derivam da crise financeira, da falta de crédito, de uma quantidade enorme de variáveis que realmente não estão contidas em uma frase de tipo geral.

Em relação ao parágrafo 4 da mesma página, diz-se que “a abertura comercial gerou ajustes na produção e consumo...” e que “os custos associados a tal reatribuição produtiva traduziu-se... em altos níveis de desemprego, assim como na baixa qualidade do emprego gerado”. Isto também é correto, evidentemente, porém não há outros fatores que tenham incidido fortemente no desemprego e na baixa qualidade do emprego em nossos países? Quer dizer, são frases, definições muito importantes, por certo, mas se vamos utilizá-las, é sempre útil esclarecer, esmiuçar quais são os elementos que incidem sobre essas questões.

Em relação ao conteúdo global do Estudo, pode-se destacar que o mesmo segue a linha de conclusões dos Estudos que acabamos de ver, números 139, 145, 146, 147 e 148. Articular a existência de ameaças e oportunidades que devam ser consideradas no momento de conseguir acordos equilibrados e justos, para os países da ALADI, com a União Européia.

Assim mesmo, cabe reiterar as conclusões do Estudo, sobretudo aquelas relativas às ameaças e perigos, e aquelas relativas às opções e oportunidades. Quanto às primeiras, destaca-se que, ainda que as maiores ameaças para o acordo MERCOSUL – União Européia recaiam sobre os países-membros do acordo sub-regional em suas exportações à própria sub-região, no caso do Chile, não se registram importantes ameaças comerciais por parte da União Européia, como mencionou Gonzalo Rodríguez. Por seu turno, as ameaças no acordo CAN – União Européia estão no interior do bloco, porém também afetariam a Argentina e o Chile, o que também assinalou muito propriamente o orador.

Quanto às oportunidades, deve-se destacar que a conclusão relativa a por que existem menos oportunidades que setores com opções, sustenta-se que isto ocorre porque as oportunidades envolvem produtos cujas tarifas na União Européia já estão a zero, e correspondem a concessões que a União Européia já realizou de forma unilateral, através do SGP.

Isto explica, em uma primeira aproximação, por que as ofertas tarifárias de livre comércio da União Européia resultam pouco atrativas, ainda que cumpram com a regra de liberar a maior parte do comércio, artigo XXIV do GATT. Há quem pense que não as cumpre, mas, enfim. O diferencial de aumento da preferência é muito reduzido, sobretudo quando encontram-se excluídos os setores nos quais a proteção é maior, o comércio é quase nulo e o nível de oportunidade é máximo, como é o caso do setor agrícola; e isto não ocorre somente neste setor, vejamos quaisquer dos setores nos quais nossos países tenham exportações dinâmicas e imediatamente observamos que os níveis tarifários aumentam enormemente e desaparecem, portanto, as vantagens do SGP.

Por outro lado, e aqui vem o trabalho, sugere-se incorporar um anexo com a descrição da CUCI e com as descrições correspondentes aos itens do sistema harmonizado, incluídos os quatro anexos, como forma de facilitar a leitura dos mesmos. Obviamente, não podemos ter uma idéia exata disto, mas poder-se-ia analisar a possibilidade de realizar separatas por países como fizemos no caso da ALCA, que foram muito úteis, vendo como fazemos se ocorre um problema orçamentário com o consultor, se talvez com a experiência, a própria Secretaria estivesse em condições de efetuá-lo sem distribuição adicional ao orçamento. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Obrigado, Presidente.

Primeiro, gostaria de destacar este esforço da ALADI que, sem dúvida, constitui um aporte para a melhor compreensão dos desafios que temos pela frente em matéria de integração e, sobretudo, para ter melhores elementos para julgar quais seriam as ameaças e quais as oportunidades que recaem sobre nossos países neste assunto.

Não obstante, devo confessar-lhes que me preocupa que nestes Estudos esteja-se olhando de maneira um tanto estática os processos de integração, ao não se contemplar, seguramente por ser algo muito mais complexo, uma perspectiva dinâmica sobre o que poderia acontecer, sobre o que sucederia se algumas das circunstâncias econômicas atuais mudassem. Porque, no fundo, esta análise supõe que, como atualmente as economias mais desenvolvidas protegem alguns de seus setores, para nossos países será muito difícil vender-lhes estes produtos protegidos. Isso pode estar certo, mas valeria a pena indagar porque é que não conseguimos produzir e exportar aqueles bens que, por estarem liberados já há algum tempo, nós poderíamos ter vendido.

No momento de analisar nosso desempenho exportador, sempre chama a atenção como países, como o Equador, com os camarões, ou a Colômbia, com as flores e os livros, ou o Uruguai, com o software, puderam encontrar e consolidar certos nichos de mercado, que hoje representam importantes porcentagens de seu comércio.

Neste sentido, gostaria de propor ao meu colega do México que nos ajudasse a conseguir um destes Estudos que o México teve em mãos antes de assinar o Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos. É muito provável que nestes também estejam mencionadas as ameaças e as oportunidades que traria consigo este desafio. Examinar estes documentos agora, com a perspectiva que dão os anos, resultaria, sem dúvida, muito interessante e poderia talvez fornecer-nos luzes e mostrar-nos como muitas destas possíveis ameaças, que antes preocupava os mexicanos, terminaram sendo boas oportunidades, ou algumas das supostas vantagens que esperavam terminarem, quando muito, não sendo tão vantajosa.

Para ir avançando na procura de critérios que vamos requerer para adiantar uma negociação acertada no âmbito da ALCA, valeria a pena, então, que déssemos alguma força, alguma ênfase à possibilidade de exportar o que hoje inclusive não produzimos.

É certo que uma maior integração de nossos países com o resto do mundo poderia afetar, a curto prazo, algumas de nossas exportações, mas se isso ocorrer, na melhor das hipóteses é porque este comércio é excessivamente artificial, fruto de uma excessiva proteção regional e não porque seja realmente um fato positivo em si mesmo.

De toda maneira, gostaria de destacar, e aqui concluo, que este Estudo constitui um aporte muito importante aos propósitos desta Associação e, por isso, uno-me àqueles que felicitaram a Secretaria por este esforço. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, quero unir-me às vozes que expressaram as qualidades destes Estudos e, desde já, reiterar que, certamente, a parte fraca de tudo isto não é o que consta, mas o que está ausente.

O que está ausente no âmbito das oportunidades que abrem estes novos esquemas de integração, que é a capacidade de resposta da base produtiva de nossos países, no caso do México é uma análise muito breve, a base produtiva desenvolveu-se em função de uma inversão estrangeira maciça, que previa nichos de exportação bem localizados e onde estavam.

Como ilustração, quando o Senado da República convidou-me a falar sobre este assunto, apenas iniciadas as coisas, eu expressei minhas dúvidas sobre os benefícios do Tratado do Norte, dúvidas que se expressavam coloquialmente da seguinte maneira: reduzo aqui as coisas ao essencial, não temos negociadores preparados para isto, não temos computadores, os programas, os conhecimentos do comportamento da oferta e procura, e das relações inter-industriais que são necessariamente afetadas. Recomendei ao Senado que não fizéssemos uma negociação de frente ampla, mas que inventássemos um esquema de negociação seletiva por áreas e logo teria por agregação. Isto está publicado na revista do Intal, apresentei exatamente quando abria-se a iniciativa à opinião pública.

Não direi qual foi a fonte disto, mas a convicção era pragmática, o processo estava em andamento, era necessário limitá-lo e comprometê-lo em termos de confiabilidade para o futuro, e a expressão também coloquial que reflete esta atitude da política comercial do México. Trata-se da globalidade, é uma enorme onda que se alça sobre nós, ou ficamos sobre ela com nossas próprias premissas ou desborda e não nos pede permissão. Ou seja, puro pragmatismo e no processo um enorme fluxo de investimento estrangeiro direto, que por ser direto compromete recursos adicionais de financiamento não especulativo que também dá base de sustentação ao processo, de uma maneira que outros países não conhecem.

Eu diria que o problema que temos na América Latina, no contexto dos regimes de integração para além da região, são estes. Sem investimento estrangeiro maciço é muito difícil para nossos países que a base produtiva responda eficazmente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador.

Ofereço a palavra à Secretaria-Geral que deseja fazer alguns comentários.

SECRETARIA (Gonzalo Rodriguez). De maneira muito breve, estou totalmente de acordo com a inclusão de um anexo, é o mesmo anexo que está, digamos, no 139 e, por isso, não o incluímos, porque pensamos que era redundante e o trabalho era muito extenso, porém pode-se agregar sem nenhum problema.

Com respeito à observação da dinamização, neste tipo de Estudo sempre falta o componente dinâmico até que se mude alguma variável. Então creio, porque ainda não temos elementos para julgar, mas ocorre-me que é algo que corresponderá à Secretaria, no momento em que as negociações multilaterais sobre agricultura cheguem ao fim. Este será o momento no qual este tipo de Estudos, vamos poder transformá-los com uma perspectiva dinâmica, não sei se a melhor, sinceramente não acredito muito na perspectiva dinâmica dos modelos econométricos, muito sofisticados, pois têm indicações que muitas vezes nos desviam do essencial.

Sim, acredito que a Secretaria deveria ter essa iniciativa no momento em que o campo de jogo ficar mais ou menos livre e tenhamos mais ou menos o panorama de até onde poderíamos crescer, sabendo quais são cada um dos setores que cada país tem oportunidades mais ou menos reveladas e isto vai ser muito útil, creio que será o mais útil de tudo, tenho a impressão. Nada mais, obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado. O Secretário-Geral quer fazer um comentário também.

SECRETÁRIO-GERAL: Muito obrigado, senhor Presidente.

Seguimos com muita atenção a discussão sobre este assunto e na linha do que acaba de solicitar o Representante da Colômbia, nós estamos trabalhando para propor a modificação dos termos de referência de um trabalho que está previsto sobre a ALCA, para tratar de nos acercarmos um pouco mais deste dinamismo que ele assinalava.

Evidente, assim que forem identificadas a oportunidade e as opções, assim como as ameaças que se encontram em uma eventual abertura do mercado, e de maneira recíproca entre duas regiões, ou entre um país da região e um país de fora dela, é preciso analisar a reestruturação produtiva e ver suas perspectivas. Não se pode limitar a análise exclusivamente à parte estática da relação comercial como tal, mas é preciso ir a uma desagregação maior, e atender efetivamente o assunto de como, ou pelo menos tratar de prever como evoluiria a estrutura produtiva, em que situação se está, onde estão concentrando-se os investimentos nestes momentos.

O que assinalava o Embaixador do México é fundamental, o assunto dos investimentos aqui é determinante, e também é determinante, obviamente, para isso a condição macroeconômica que se esteja vivenciando e o assunto da estabilidade que no final é o que determina em larga escala onde radicam-se os investimentos.

Porém, abstraindo isto, nós vamos apresentar na próxima reunião do Grupo de Trabalho do Programa de Atividades uma modificação dos termos de referência para o trabalho da ALCA, que está previsto para o ano em curso e nesta mesma linha, se houver anuência por parte das Representações, trabalharemos também o próximo ano em relação à União Européia.

Este seria o tratamento, porém entendamos perfeitamente, dentro das limitações que obviamente se tem, porque como dizia o Embaixador do México, isto é muito pragmático, às vezes não se sabe, de dentro do escritório, onde efetivamente deve-se estabelecer um nicho, há coisas que se vê nas exportações dos países que são surpreendentes, por exemplo o Chile, é um grande exportador para a Austrália de carnes preparadas e também compra carne da região, então há elementos que indubitavelmente escapam ao conhecimento, mas, em termos gerais, há coisas previsíveis que bem poderiam ter sido trabalhadas e creio que nesta linha poderíamos fazer um esforço. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra a Representação da Colômbia novamente.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Como vocês sabem, recentemente o Congresso dos Estados Unidos prorrogou o ATPA e, o mais importante, adicionou um número de posições tarifárias, ou de produtos, o que vai servir-nos de laboratório para avaliar como é que vão reagir as nossas bases produtivas frente a este tipo de oportunidades que se abrem. Sua duração, como se sabe, está prevista até o momento em que se inicia a ALCA, que seguramente as incorporaria de forma permanente.

No caso colombiano, já há alguns Estudos que calculam os efeitos que esta determinação trará consigo, em termos de produção e de emprego. No setor de têxteis, por exemplo, o estimado é que se dê um crescimento significativo das exportações.

Por este motivo, valeria a pena, então, que a ALADI mantivesse, como parte de seus Estudos rotineiros, um seguimento adequado da avaliação das exportações em seus novos itens beneficiados pelo ATPA: atum, têxteis, confecções, calçado, entre outros, porque isto nos permitiria estimar de forma concreta, e frente à ALCA, que efeito poderiam ter estas oportunidades.

Neste sentido, eu proporia a este Comitê que se incorporasse ao Programa de Atividades do próximo ano, a tarefa de compilação rotineira destas informações.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador.

A Representação da Bolívia pede a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Presidente, o intercâmbio de idéias que acabamos de escutar é tão sugestivo que não é possível privar-se do desejo de expor algum critério a respeito.

Creio que no futuro e com a conotação que pode ter tido como experiência a relação do México incorporando-se ao mercado norte-americano e, dadas as condições nas quais se estão negociando atualmente a eventual formação da ALCA, ou as experiências frutíferas de outros países neste sentido, indubitavelmente, o regime financeiro, essa variável crítica dos investimentos, do fluxo de capital, pareceria ser a chave do negócio do futuro. No entanto, há um aspecto que se discute um pouco em termos de pró e contra, que requisitos exigem os países receptores do investimento estrangeiro direto e isto mistura-se com a transformação do modelo econômico que guarde condições que permita assimilar o investimento.

Temos o caso, presente em muitos países ou em outros nos quais tenha-se introduzido uma abertura muito grande à participação do empresariado, não apenas nacional, mas também estrangeiro, nas empresas tradicionalmente administradas pelo Estado. Essa transformação do modelo econômico pareceria ser um requisito imprescindível e não me refiro apenas ao campo das telecomunicações, por exemplo, que é um dos setores com maior capacidade de atração de investimento estrangeiro, mas a operações também de serviços, por exemplo, os bancos ou outros serviços de transporte como os trens, ou outros que tenham características próprias na construção e manutenção, como são as redes viárias de nossos países, com características e conotações tais que a própria ALADI, apesar de não ser notória para tal situação, mas receptora de uma inquietude impulsionada em boa hora pelo Brasil, de que na América Latina deveríamos ter algumas precondições e requisitos, como o desenvolvimento da infra-estrutura viária, para ser possível a integração.

Essa integração há de requerer um fluxo de capitais muito grande, porém como pré-requisito de quem administra o setor, se vai ser sob a égide tradicional ou transformada em alguns países onde se permite a concessão a empresas privadas para a exploração do serviço, seu fortalecimento e expansão e ainda sua manutenção.

Isso acontece frente a uma situação que requer decisão política, porém quando se fala do assunto parece que sempre se deixa a análise crítica fundamental do pré-requisito, da pré-condição, das transformações necessárias com respeito ao funcionamento do modelo econômico que, dada a conotação da transnacionalização da economia requer seu funcionamento, por parte dos atores econômicos e os setores preponderantes que administram.

Nem todas as experiências foram frutíferas na América Latina, senhor Presidente, são oportunidades que requerem essa condição, porque não falamos um pouco para dar uma conotação mais direta, digamos, a uma

situação a que definitivamente a compreensão possa contribuir para que o entendimento seja e tenha fatores cooperantes, coadjuvantes à tomada de decisões que corresponde ao exercício soberano de cada país, porém definitivamente resultam da compreensão de uma realidade incontestável e, como dizia nosso colega do México, requer também a adoção de um critério de ordem prática e o sentido prático parece induzir-nos a seguir um caminho dessa natureza. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador. Se não há mais comentários sobre este ponto, passaremos ao último ponto da Ordem do Dia.

7. Assuntos Diversos

Haveria algum assunto para tratar neste ponto?

Se não há outros assuntos a tratar, daríamos por concluída esta sessão. Obrigado.
